



**Fundação Luterana  
de Diaconia**

Demonstrações Contábeis  
do exercício findo em 31 de  
dezembro de 2021

e

Relatório dos Auditores  
Independentes





## **FLD - FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA**

CNPJ 04.358.174/0001-81

---

Demonstrações Contábeis  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2021  
e  
Relatório dos Auditores Independentes

### **CONTEÚDO**

<b>1. Relatório dos Auditores Independentes.....</b>	<b>03</b>
<b>2. Balanço Patrimonial.....</b>	<b>06</b>
<b>3. Demonstrações dos superávits e déficits.....</b>	<b>07</b>
<b>4. Demonstração dos Resultados Abrangentes.....</b>	<b>08</b>
<b>5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social .....</b>	<b>09</b>
<b>6. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....</b>	<b>10</b>
<b>7. Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>11</b>

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Conselheiros e Administradores da  
**FLD - Fundação Luterana de Diaconia**  
Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **FLD - Fundação Luterana de Diaconia**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos superávits, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FLD - Fundação Luterana de Diaconia**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos:**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados nós e emitimos relatório de auditoria, em 03 de maio de 2021, sem modificações.

## **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

**PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC.SP. N°. 2SP 14.712/O-2



**Heitor Piovam**

Contador CRC ISP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante:</b>				<b>Circulante:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.208.981	6.807.195	Fornecedores	9	131.670	530.579
Créditos a receber	6	414.841	549.860	Obrigações fiscais e trabalhistas	10	338.093	694.273
Adiantamentos	7	398.582	312.652	Convênios e projetos	11	6.418.596	4.581.177
Despesas antecipadas		771	5.322	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.888.359</b>	<b>5.806.029</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.023.175</b>	<b>7.675.029</b>				
<b>Não circulante:</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo	4	293.715	293.715	Convênios e projetos		436.756	681.385
Investimentos		8.149	10.796	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>436.756</b>	<b>681.385</b>
Imobilizado	8	1.820.460	2.172.542	<b>Patrimônio Social</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.122.324</b>	<b>2.477.053</b>	Patrimônio Social	13.a	3.471.653	4.631.716
				Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	235.122	252.019
				Superávit / (Déficit) do exercício		113.609	(1.219.067)
				<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>3.820.384</b>	<b>3.664.668</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>11.145.499</b>	<b>10.152.082</b>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>11.145.499</b>	<b>10.152.082</b>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

**Demonstração dos Déficits**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	<b>14</b>	15.331.793	11.165.206
		<b>15.331.793</b>	<b>11.165.206</b>
<b>Custo dos Projetos Executados</b>			
Despesas com Projetos/Atividades	<b>16</b>	(5.221.303)	(3.756.492)
Custo com Pessoal	<b>17</b>	(8.281.066)	(7.238.211)
Custo com terceiros	<b>18</b>	(760.644)	(550.172)
		<b>(14.263.013)</b>	<b>(11.544.875)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>1.068.780</b>	<b>(379.669)</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	<b>19</b>	(637.630)	(507.569)
Depreciação		(411.085)	(365.902)
Impostos e Taxas		(29.873)	(37.278)
		<b>(1.078.588)</b>	<b>(910.749)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>(9.808)</b>	<b>(1.290.418)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
	<b>20</b>		
Receitas financeiras		141.344	85.138
Despesas financeiras		(34.824)	(30.684)
		<b>106.520</b>	<b>54.454</b>
<b>Superávit / (Déficit) do exercício</b>		<b>96.712</b>	<b>(1.235.964)</b>



FUNDAÇÃO  
LUTERANA  
DE DIACONIA

Fundação Luterana de Diaconia

CNPJ: 04.358.174/0001-81

**actaliança** Demonstração de Resultados Abrangentes  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Superávit / (Déficit) líquido do exercício	<u>96.712</u>	<u>(1.235.964)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente para o exercício	<u><u>96.712</u></u>	<u><u>(1.235.964)</u></u>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Social**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Doações Patrimoniais</u>	<u>Superávit / (Déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.809.860</b>	<b>268.916</b>	<b>460.602</b>	<b>(673.043)</b>	<b>4.866.334</b>
Transferência do resultado para patrimônio social	(673.043)	-	-	673.043	-
Déficit do exercício	-	-	-	(1.235.964)	(1.235.964)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	-
Incorporação das doações no patrimônio social	34.298	-	-	-	34.298
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.171.115</b>	<b>252.019</b>	<b>460.602</b>	<b>(1.219.067)</b>	<b>3.664.668</b>
Transferência do resultado para patrimônio social	(1.219.067)	-	-	1.219.067	0
Superávit do exercício	-	-	-	96.712	96.712
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(16.897)	-	16.897	0
Incorporação líquida de doações ao patrimônio	59.004	-	-	-	59.004
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.011.052</b>	<b>235.122</b>	<b>460.602</b>	<b>113.609</b>	<b>3.820.384</b>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis



**Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>96.712</b>	<b>(1.235.964)</b>
<b><u>Ajustes para reconciliar o resultado</u></b>		
(+) Depreciação	411.085	365.902
	<b>411.085</b>	<b>365.902</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>507.797</b>	<b>(870.062)</b>
<b><u>Variação dos ativos</u></b>		
Aumento nos créditos a receber	135.019	131.083
Aumento de adiantamentos	(85.930)	909.053
Aumento de despesas antecipadas	4.551	3.189
Redução/aumento do realizável a longo prazo	2.647	2.600
	<b>56.287</b>	<b>1.045.925</b>
<b><u>Variação dos passivos</u></b>		
Aumento de fornecedores	(398.909)	146.893
Redução/aumento de obrigações fiscais e trabalhistas	(356.180)	142.795
Redução/aumento de projetos a repassar	1.837.419	(24.850)
Aumento de convênios e projetos	(244.628)	2.257.677
	<b>837.702</b>	<b>2.522.515</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.401.786</b>	<b>2.698.378</b>
<b>Fluxos de caixa nas atividades de investimento</b>		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	-	(34.298)
Pagamento pela aquisição de Investimentos	-	(11)
Baixa de imobilizado	-	34.298
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa (Nota 5)</b>	<b>1.401.786</b>	<b>2.698.367</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.807.195	4.108.828
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.208.981	6.807.195
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.401.786</b>	<b>2.698.367</b>

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Luterana de Diaconia é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem discriminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais, reger-se-á pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com sede na Rua Doutor Flores, nº 62, sala 901, Centro em Porto Alegre - RS. A Fundação tem por finalidade a promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza, através do apoio e acompanhamento aos projetos de grupos organizados da sociedade civil que promovam qualidade de vida, cidadania e justiça social.

Em 16 de dezembro de 2021 foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), a Lei Complementar Nº 187, que trouxe novas orientações e exigências técnicas e regulatórias para concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

A Entidade encontra-se adimplente às novas exigências e normativo, bem como, possui protocolada, em 25/04/2021, a renovação para o triênio de 28 de abril de 2021 a 27 de abril de 2023, junto ao Ministério da Cidadania, conforme protocolo nº 235874.0084887/2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o processo de renovação do Certificado encontrava-se em fase de deferimento pelo Ente Público. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 37 da lei complementar mencionada anteriormente.

### **Impactos do COVID-19 nas operações**

A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando:

(i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento dos convênios com financiadores, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia.

A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que as operações da Entidade ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

---

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No.1.376/11 (NBC TG26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 e que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 - NBCT - 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Administração, em 13 de maio de 2022.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### a) Reconhecimento de receita

As receitas são os recursos financeiros provenientes das diferentes fontes de apoio e são destinados a projetos, programas, iniciativas desenvolvidas e para cobrir os custos operacionais e administrativos da Fundação Luterana de Diaconia. Eles podem ser de cooperação nacional ou internacional, de entidades com personalidade jurídica ou doações de pessoas físicas.

Os recursos financeiros oriundos de fontes internacionais são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da operação de câmbio.

#### (i) Receita operacional e de programas especiais

A receita operacional e de programas especiais é reconhecida no resultado quando é realizado o processo de fechamento de câmbio dos valores recebidos de fontes internacionais.

#### (ii) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

**(i) Ativos financeiros**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa.

**(ii) Passivos financeiros**

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: contas a pagar a fornecedores e saldos de projetos e convênios.

**c) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge que possuem* característica de transação compensatória que visa proteger (um operador financeiro) contra prejuízos na oscilação de preços; proteção cambial.

**d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são contabilizados como Instrumentos Financeiros Básicos e estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas *pro rata temporis* até a data das Demonstrações Contábeis.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Renda Fixa, com prazo de resgate que não excede 90 dias.

**e) Imobilizado**

Estão demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas estão de acordo com o tempo de vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação
Prédios	4%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, pudessem estar acima do valor recuperável, de acordo com o NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

No exercício de 2010, a entidade efetuou a adoção do custo atribuído (Deemed Cost) ao seu Imobilizado, através do Laudo de Avaliação realizado por empresa independente em dezembro de 2010 que recompôs o valor do Imobilizado e atribuiu nova vida útil econômica a estes bens. A contrapartida da recomposição destes saldos encontra-se em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

---

**f) Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**g) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**h) Ajustes a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a entidade não considerou relevante os efeitos destes ajustes nas demonstrações contábeis.

**i) Estimativas e julgamentos contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação as estimativas.

**j) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A FLD, por sua finalidade, objetivos e por atender os requisitos da legislação em vigor, é isento de imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido e apresenta anualmente sua declaração e isenção de imposto de renda pessoa jurídica na forma normativa da Secretaria da Receita Federal.

**k) Apuração de resultado do período**

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

**l) Patrimônio Social**

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou déficit ocorrido, os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

---

O superávit ou déficit será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 16.

**m) Demonstração do fluxo de caixa:**

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que o Instituto optou foi o indireto.

#### **4. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

##### Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. A Administração julga não haver impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

##### Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Em maio de 2020, o IASB emitiu a alteração para esclarecer que, para fins análise sobre um contrato com característica de oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. A Administração julga não haver impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

##### Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo conforme o IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração concluiu que não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que, quando aprovadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Entidade. A Administração não adotou antecipadamente nenhuma política ou norma contábil mencionada anteriormente.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	2.434	8.290
Bancos conta movimento	972.901	1.511.702
Aplicações financeiras	7.233.646	5.287.203
	<u><b>8.208.981</b></u>	<u><b>6.807.195</b></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos em Instituições financeiras com rating de solvência.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

**6. CRÉDITOS A RECEBER**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa Administrativa Filiais	-	261.655
Empréstimos entre contas - contra lançamento (ii)	358.803	250.372
Antecipação Impostos s/férias	-	25.417
Outros créditos a receber (i)	56.038	12.416
	<u><b>414.841</b></u>	<u><b>549.860</b></u>

(i) Refere-se a retenções e pagamentos de contribuições devidas pelas filiais e pagas por intermédio da Entidade.

(ii) Refere-se a controle de transações entre contas da própria Entidade.

**7. ADIANTAMENTOS**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento para atividades	-	276.642
Adiantamento de projetos a serem reembolsados (i)	373.624	-
Adiantamento de ordenados	24.958	36.010
	<u><b>398.582</b></u>	<u><b>312.652</b></u>

(i) Refere-se a adiantamento de gastos para execução de projetos trienais do PPM.

**8. IMOBILIZADO**

Custo do Imobilizado	Terrenos	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31/12/2020	322.012	1.172.481	1.967.947	605.309	213.793	<b>4.281.542</b>
Aquisições	-	-	56.630	52.744	-	<b>109.374</b>
Baixas	-	-	(111.914)	-	-	<b>(111.914)</b>
<b>Saldo do Custo em 31/12/2021</b>	<u><b>322.012</b></u>	<u><b>1.172.481</b></u>	<u><b>1.912.663</b></u>	<u><b>658.053</b></u>	<u><b>213.793</b></u>	<u><b>4.279.002</b></u>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2020	-	(407.788)	(1.130.413)	(384.371)	(186.428)	<b>(2.109.000)</b>
Depreciação	-	(44.758)	(310.744)	(48.914)	(6.640)	<b>(411.085)</b>
Baixas	-	-	61.544	-	-	<b>61.544</b>
<b>Saldo líquido em 31/12/2021</b>	<u><b>322.012</b></u>	<u><b>719.935</b></u>	<u><b>533.020</b></u>	<u><b>224.768</b></u>	<u><b>20.725</b></u>	<u><b>1.820.460</b></u>
<b>Valor Residual</b>						
Saldo em 31/12/2020	322.012	764.693	837.534	220.938	27.365	<b>2.172.542</b>
Saldo em 31/12/2021	322.012	719.935	533.020	224.768	20.725	<b>1.820.460</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

A Administração da Entidade revisou a vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, no entanto não identificou a existência de indicadores de que houvesse diferença entre a atual vida útil, considerando a política de renovação dos bens.

**9. FORNECEDORES**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores nacionais	29.082	125.291
Credores diversos	102.588	278.288
Contas correntes departamentos	-	127.000
	<u><b>131.670</b></u>	<u><b>530.579</b></u>

**10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Férias a Pagar	24.462	266.646
Provisão rescisória a pagar	167.407	167.407
IRRF a recolher	42.429	112.145
FGTS a recolher	47.004	60.673
FGTS s/Férias a pagar	17.792	46.102
INSS a recolher	36.410	40.469
Contribuição Sindical	1.072	813
ISSQN a recolher	-	18
IRRF s Serviços a recolher	352	
CSRF a recolher	1.165	-
	<u><b>338.093</b></u>	<u><b>694.273</b></u>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

**11. CONVÊNIOS E PROJETOS**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Convênios e projetos - Curto Prazo</b>		
Saldo de Projetos - outros Projetos - COMIN	1.054.997	1.454.239
Projeto CAPA - Rondon	-	685.530
Trienal FLD/PPM - 2020 - 2022	766.742	547.464
Saldo de Projetos PPM - COMIN	594.257	502.184
Consórcio CAPA	1.473.173	329.735
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Erechim	-	183.095
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Verê	-	169.690
Saldo PPM Captação Recursos - 2020 - 2023	165.387	169.363
Projeto FLM	174.956	131.402
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Rondon	-	127.101
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Santa Cruz do Sul	-	95.295
Saldo PPM Trienal 2019-2021 - Pelotas	-	87.584
Projetos ELCA	58.524	85.811
Fundo Rede Comércio Justo e Solidários	8.474	5.631
ABONG	800	3.800
Projeto Campanha Cesta Consciente	58.811	1.908
CONIC/RS	1.344	1.345
Projeto União Europeia – FLD	376.045	-
Projeto União Europeia – FLD e COMIN	1.270.161	-
Projeto ATER	128.578	-
Projetos Pelotas	286.347	-
	<b><u>6.418.596</u></b>	<b><u>4.581.177</u></b>
<b>Convênios e projetos – Não Circulante</b>		
Fundo de Apoio Comunitário	290.866	290.865
PPP - Saldo Trienal 2014/2016	-	160.067
Projeto Fundo de Emergência	130.890	130.890
PPP - Saldo Trienal 2011/2013	-	77.063
PPP - saldo projeto Trienal 2017/2019	15.000	22.500
	<b><u>436.756</u></b>	<b><u>681.385</u></b>

Os projetos classificados no passivo não circulante possuem expectativa de realização/liquidação em período superior a 12 meses

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

## 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade não é parte em processos judiciais de natureza cível, tributário e trabalhistas, dos quais os assessores jurídicos indiquem previsão de perda provável, portanto não são reconhecidas provisões para contingências nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam causas com prognóstico de perda possível, as quais deveriam ser ao menos divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme normas de apresentação e divulgação.

## 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 13.a Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valor histórico e totaliza R\$ 3.471.653 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.631.716 em 2020).

### 13.b Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência da recomposição dos bens do ativo imobilizado, apresenta o saldo de R\$ 235.122 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 252.019 em 2020).

## 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas PPM	10.090.701	5.304.173
Subvenções Governamentais	2.772.032	3.358.162
Doações de Pessoas Jurídicas	995.086	794.093
Projetos COMIN	400.000	727.215
Receitas ELCA	353.485	425.111
Receitas FLD	279.272	189.827
Receitas FLM	166.522	97.499
Receitas IECLB	100.434	96.620
Doações de pessoas físicas e ofertas	49.174	80.851
Receitas Vastenactie	70.643	48.360
Missie Ontwikkeling Vrede	9.564	43.295
Projeto CAPA	44.880	-
	<b><u>15.331.793</u></b>	<b><u>11.165.206</u></b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

**15. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Conforme estabelecido na Resolução CFC 2015/ITG2002 Interpretação (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

As receitas com trabalhos voluntários devem ser reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

A FLD atualmente não possui controle e apresentação dos serviços prestados gratuitamente, não efetuando o registro nas Demonstrações do Resultado do período.

Os serviços de gratuidades prestados à FLD são realizados pelas membras e membros do conselho deliberativo, conselho fiscal, da diretoria executiva, dos conselhos das filiais e da comissão de avaliação de projetos.

**16. CUSTO DOS PROJETOS EXECUTADOS**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b><u>Despesas com Projetos/Atividades</u></b>		
Programa CAPA	(1.148.208)	(1.454.420)
Programa Ajuda Humanitária	(1.844.505)	(926.132)
Programa de Pequenos Projetos	(458.897)	(591.315)
Programa COMIN	(1.254.262)	(326.267)
Despesas com Projeto Mobilização Recursos	(275.796)	(237.124)
Despesas com Rede de Comercio Justo e Solidário	(86.089)	(124.125)
Despesas com assessoria ao MNCR	(125.488)	(71.313)
Despesas com Assessoria Rede de Diaconia	(13.182)	(20.785)
Despesas com Assessoria ao Comitê Povos Tradicionais	(5.157)	(2.673)
Despesas com Nem Tão Doce Lar	(9.719)	(2.338)
	<b><u>(5.221.303)</u></b>	<b><u>(3.756.492)</u></b>

**17. DESPESAS COM PESSOAL**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>DESPESAS COM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
Salários	(5.628.730)	(5.225.128)
Férias	(807.988)	(732.659)
Encargos Sociais	(1.033.125)	(560.028)
13º Salário	(540.517)	(480.040)
Planos de Saúde e Seguros	(163.634)	(144.774)
Vale Alimentação	(75.623)	(61.177)
Indenizações	(31.191)	(27.417)
Vale Transporte	(258)	(6.988)
	<b><u>(8.281.066)</u></b>	<b><u>(7.238.211)</u></b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

**18. DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Honorários Profissionais	(263.907)	(50.716)
Serviço de Pessoas Jurídicas	(496.737)	(499.456)
	<b><u>(760.644)</u></b>	<b><u>(550.172)</u></b>

**19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Despesas Administrativas</u></b>		
Aluguéis	(5.510)	(7.894)
Água e Esgoto	(3.836)	(5.290)
Energia Elétrica	(19.497)	(26.953)
Telefone e Correios	(77.748)	(91.479)
Seguros	(88.058)	(85.902)
Condomínio	(31.206)	(32.690)
Auditoria	(54.420)	(28.500)
	<b><u>(280.276)</u></b>	<b><u>(278.708)</u></b>
<b><u>Despesas com Consumo Diversos</u></b>		
Impressos e Material de Escritório	(69.499)	(67.987)
Material de Limpeza e Higiene	(7.275)	(25.003)
Manutenção Veículos	(247.591)	(119.201)
Manutenção Imóvel	(7.005)	(5.625)
Manutenção Equipamentos	(25.984)	(11.045)
	<b><u>(357.353)</u></b>	<b><u>(228.861)</u></b>
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b><u>(637.630)</u></b>	<b><u>(507.569)</u></b>

**20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>		
Receitas de aplicações financeira	141.344	85.138
Outros acréscimos	-	-
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>141.344</b>	<b>85.138</b>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>		
Despesas bancárias	(34.180)	(29.538)
Juros e multas	(644)	(1.146)
Perdas com aplicações	-	-
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(34.824)</b>	<b>(30.684)</b>
	<b><u>106.520</u></b>	<b><u>54.454</u></b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

## 21. ISENÇÃO DA COTA PATRONAL

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Gratuidade e Assistencial Social</b>		
Previdência Social Patronal INSS	1.813.799	1.571.326
(-) Isenção Quota Patronal INSS	(1.813.799)	(1.571.326)

## 22. SEGUROS

A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 23. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTE

Os dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu estatuto social, no artigo 6º, §2º e §3º.

## 24. RENÚNCIA FISCAL

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está isenta do imposto de renda, da contribuição social.

Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações financeiras, estão sendo divulgados e apresentados os impostos que seriam incidentes sobre as operações, caso a Entidade não atuasse em atividades sem fins lucrativos.

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
(Em Reais, exceto quando indicado o contrário)

---

**25. EVENTOS SUBSEQUENTES**

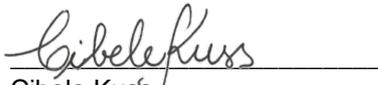
**Impactos da COVID-19 para 2022**

A Administração da Entidade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

Porto Alegre, 13 de maio de 2022.



Eloi Siegert Peter  
Presidenta Diretoria Executiva  
CPF: 388.565.730-91



Cibele Kuss  
Secretária Executiva  
CPF: 901.334.040-72



Júlio César Zellmann  
Contador - CRC 51647/0-0  
CPF - 366 863 100-01